

Projeto aprovado ontem em comissão da Casa Alta pede o fim também da produção de veículos movidos à diesel até 2060

DA REDAÇÃO
COM AGÊNCIAS

Um projeto que reduz gradualmente a venda de veículos movidos a combustíveis fósseis, como gasolina e diesel, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. O texto estabelece que a partir de 2060, haverá a proibição total da produção desses veículos. A proposta segue para análise da Comissão de Meio Ambiente do Senado. Depois, por tramitar em caráter terminativo, irá direto para a Câmara. O projeto só precisará passar pelo plenário do Senado se houver apresentação de recurso pelos senadores.

Para o presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco (Sindaçúcar-PE), Renato Cunha, essa medida é um caminho mundial. "A tendência mais forte são os automóveis flex e os híbridos, movidos a etanol e a eletricidade. É uma tendência para o Brasil que tem uma vocação para o fornecimento de biocombustíveis, ou seja, os países que têm essa vocação tropical de agroenergia sem dúvida alguma vão ter uma boa performance no fornecimento do combustível veicular limpo", afirmou Cunha. Pelo projeto, a participação dos veículos novos a combustão nas vendas do País não poderá ultrapassar 90% em 2030, 70% em 2040 e 10% em 2050. A partir de 2060, as vendas estarão proibidas. Para os veículos movidos a biocombustíveis, como o etanol e o biodiesel, há uma exceção. Esses modelos poderão continuar sendo vendidos,



Medida contra gasolina vem para frear a poluição ambiental

Senado quer fim de carros a gasolina

desde que funcionem exclusivamente com esses combustíveis. A alternativa ao modelo de combustão é o motor elétrico, que ainda tem pequena participação no mercado brasileiro.

O autor do projeto, Telmário Mota (PTB-RR), argumenta que outros países já estabeleceram datas para proibir veículos movidos a combustíveis fósseis. Para

combustíveis fósseis por veículos elétricos, nesse contexto, será ambientalmente vantajosa", disse.

Eletrobras

Em uma derrota para o governo Michel Temer, o Senado rejeitou ontem o projeto de lei que alteraria regras do setor elétrico e buscava viabilizar a privatização de distribuidoras da Eletrobras. O texto,

PROJETO PASSOU NA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E SEGUE PARA A DE MEIO AMBIENTE. LOGO DEPOIS, IRÁ PARA CÂMARA

ele, a medida gera redução da poluição, o que traz impacto positivo para a saúde das pessoas. "Devemos lembrar que o Brasil possui uma produção de eletricidade relativamente limpa. A troca dos veículos movidos a com-

aprovado em julho pela Câmara, equaciona pendências judiciais e débitos das distribuidoras, o que poderia facilitar a atração de investidores para a venda. O texto foi rejeitado por 34 votos a 18, com uma abstenção.